

Sobre a violência doméstica – um estudo psicanalítico¹

Odilia chega cotando que teve uma briga com seu marido. Ela chora muito, está envergonhada. Ele bateu nela até que ela conseguiu se trancar em um quarto e chamar a cunhada para tirá-lo da casa.

Zuleika é uma mulher pequena, com uma aparência muito envelhecida. Está casada há mais ou menos 30 anos. Ela conta que seu marido a humilha e seus filhos também.

Amélia é uma mulher alta, esguia, negra e seu marido bate nela desde o começo do casamento. Eles são casados há quase 25 anos. Nesse vários anos ela já colocou-o para fora de casa, mas ele acaba voltando e ela aceita.

O que há de comum nesse três casos? São casos de violência doméstica que as mulheres tentam buscar ajuda. As três mulheres tem vergonha da situação em que vivem mas não conseguem sair desse círculo vicioso.

A violência doméstica ganhou fôlego a partir dos anos 80, tendo sido amplamente divulgada pelo movimento de mulheres e passou do âmbito da justiça para o âmbito da saúde.

Neste artigo veremos como essa mudança de posição da sociedade pôde influenciar as mulheres que sofrem violência assim como a contratransferência dos serviços ao atenderem essa demanda.

Duas palavras ganharam destaque nesses anos de luta contra a violência doméstica dentro da saúde mental: acolhimento e empoderamento. Chauí escreve que

“Entendemos por violência uma realização determinada das relações de força, tanto de classes sociais quanto em termos interpessoais. (...) como uma ação que trata o outro não como sujeito, mas como coisa. Esta se caracteriza pela inércia, pela passividade e pelo silêncio, de modo que, quando a atividade e a fala de outrem são impedidas ou anuladas, há violência.”²

¹ Artigo apresentado no III Congresso Internacional de Psicopatologia Fundamental e IX Congresso Brasileiro de Psicopatologia Fundamental, ocorrido em 2008, na cidade de Niterói.

² Chauí, M., “Participando do debate sobre mulher e violência”, in Cardoso, R. et al., *Perspectivas antropológicas da mulher*. RJ, Zahar Editora, p. 35.

Os três casos descritos acima nos mostram esses conceitos trazidos pela autora, mas podemos trazer esses mesmos conceitos para dentro da atividade de enfrentamento e pensá-los na contratransferência, isto é a forma com que o silêncio e a inércia fazem eco nessa luta do movimento de mulheres, isto é, como uma atuação do movimento nesse enfrentamento. Algumas palavras/ expressões chaves do conceito apresentado acima deverão ser ressaltadas, pois são elas que nortearão o texto: *relação de força (...)* de classes sociais e/ ou interpessoais; *sujeito e coisa; passividade e silêncio*. É dentro desse contexto de “algo que se impõe a outrem que se submete” que vão nos ajudar na compreensão dos pontos positivos e negativos dessa luta e ir nos ajudando a entender as questões de Odília, Zuleika e Amélia.

A partir estudos de artigos, entrevistas com feministas e visitas a serviços para o atendimento a violência doméstica, vamos tentar traduzir os movimentos da feminismo na luta contra a violência doméstica a fim de nos lançar para novos desafios.

Rompendo o silêncio

Vilella¹ ressalta que um grande avanço do movimento foi dar visibilidade à violência contra a mulher que ocorre dentro de nossa sociedade. As feministas não se cansaram de ir às ruas, ir à mídia impressa ou televisiva com denúncias ou campanhas, para denunciar esse fato que ocorria na sociedade e ficava escondido. Quando concluímos que o problema ganhou visibilidade, pode-se pensar em como a questão era anteriormente escamoteada na sociedade. Antes do movimento feminista levar a público essa discussão, a violência era silenciada e tornava-se invisível. Fato semelhante à própria violência, como levanta Chauí. O primeiro serviço de atenção a violência de São Paulo o SOS-Mulher também sofreu as mesmas violências que nossas mulheres. Enquanto as feministas trabalhavam arduamente para iniciar um serviço e fazê-lo funcionar, a vizinhança reclamava e grupos as ameaçavam e também ao serviço — entre outros percalços. Ou seja, a sociedade não dava apoio algum. A exposição de um problema tão complexo, ao mesmo

¹ Em entrevista concedida a Simone Diniz em 22/ 8/ 2003.

tempo em que exige e exigiu das ativistas muita disponibilidade e energia, colocou à mostra uma ferida social. Essa ferida tende a ser deixada de lado, pois mexer nela provoca dor.

Ao dar visibilidade a esse quadro, o feminismo facilitou a percepção pela sociedade de que as mulheres eram vítimas de uma violência que as fazia sofrer. Mais ainda, possibilitou que as mulheres pudessem reconhecer nessa situação seu sofrimento, pois como diz Santos¹ “perceber que adoecemos desse ou daquele jeito tem a ver com o grupo social, racial e classe que se pertence”. É o grupo que legitima a nossa dor, nosso mal-estar. Não podemos esquecer que o conceito de saúde e doença é construído histórica e socialmente, é compartilhado e está intimamente ligado à dinâmica social. A visibilidade foi uma ferramenta importante nessa luta. Ou seja, a sociedade avalizou o sofrimento das mulheres, e elas puderam perceber que padeciam desse mal — a violência.

Depois que a sociedade foi despertada, a questão alcançou as áreas política e acadêmica, passando a ser abordada em diversas áreas. Leis, textos científicos e cursos foram produzidos ao mesmo tempo em que agências públicas e privadas iniciaram o financiamento de pesquisas sobre o tema. Da mesma forma com que a violência silencia uma das partes da relação, quando a questão passa a ser discutida nos diversos âmbitos, ela sai do silêncio a que estava confinada e ganha voz, assim como a mulher. Parece que a sociedade também estava sofrendo calada uma violência. O poder patriarcal silenciava a sociedade para que essa denúncia não viesse à tona, esse fato teve que ganhar a representação-palavra, assim como tantos sintomas individuais – fato tão conhecido da clínica.

Ao ultrapassar a esfera privada, a violência se torna uma questão pública — ou seja, foi para isso que as mulheres foram às ruas para denunciá-la. Essa possibilidade de falar faz uma grande diferença na vida psíquica das mulheres, pois a partir desse momento elas ganham o olhar do outro. Há o reconhecimento pelo outro do sofrimento das mulheres com relação à questão da violência. Uma identificação cruzada aconteceu — as mulheres que não sofrem violência se identificam com as mulheres que sofrem violência, e as vítimas se identificam com essa outra mulher que não se submete. E assim o movimento traz ao palco

¹ Santos, S. M. – “Violência contra a mulher e racismo”. Seminário sobre violência contra as mulheres. Santos, 1999.

das questões sociais a questão da violência contra as mulheres e lhe dá visibilidade, como uma interpretação psicanalítica em uma sessão de análise, fez com que as mulheres pudessem vivenciar a violência de outro modo. A história agora re-contada ganha força. Isso possibilita às mulheres vítimas de violência um lugar diferente para existir. Elas não precisam mais ocupar o lugar de vítimas; podem almejar serem tratadas de forma mais respeitosa por seus companheiros.

Só depois que um fato é nomeado, ou quando ele ganha representação em termos psicanalíticos, é que podemos falar dele e reconhecê-lo como produtor de sofrimento. Isto é, a sociedade acolheu esse sofrimento das mulheres. O movimento feminista lhe deu representação, chamando-o de violência. Esse percurso foi necessário; depois de saber do que sofremos, partimos para almejar saídas, planejá-las, reivindicá-las. As mulheres atingidas pelo problema puderam se ver como vítimas de violência, e esse reconhecimento lhes ofereceu possibilidades de sair desse lugar. As mulheres podem falar que serão escutadas! As feministas puderam formular as demandas para os setores políticos e conseqüentemente a academia incorporou essa temática e começou a desenvolver um novo conhecimento¹, e as mulheres puderam pedir ajuda aos serviços de atenção a saúde.

O movimento feminista avançou então no sentido de dar sustentação e apoio às mulheres em situação de violência, ou seja, acolhê-las em sua queixa. Podemos até pensar na nomeação da violência como um produto da sociedade. A percepção dessa questão foi conquistada e não dada por princípio, como poderia se supor. A sociologia nos mostra como a mulher foi tratada ao longo da história: na antiguidade clássica era vista como ser inferior, de segundo escalão; depois foi considerada como aquela que é demasiada suscetível aos sentimentos, tentada pela paixão, espreitada pela loucura, e por isso não merecedora de um lugar de razão dentro da família. No Brasil, não tinha direito ao voto até a Constituição de 1934. É desse lugar de poder dos homens e levando esse argumento às suas últimas conseqüências que as mulheres podiam apanhar de seus maridos para ser corrigidas — a violência era vista como fator educativo. Temos aí a autorização da violência e do poder do

¹ Outra pesquisa, também financiada pela Fundação Ford, está sendo realizada para o levantamento da produção acadêmica em relação a essa área.

homem sobre a mulher. O sofrimento das mulheres não encontrava eco dentro da sociedade, era uma queixa sem reverberação.

Violência contra a mulher ou violências contra a mulher?

Nos casos descritos nos começo desse artigo pode-se perceber que há além da violência física a violência psicológica. Isso fica mais claro no caso de Zuleika, na qual ela mesma pode perceber esse fato, enquanto as outras duas mulheres não puderam nomear esse tipo de sofrimento. Odília conta que seu marido ficava bravo com ela quando este chegava em casa e não a encontrava. Ela achava que era carinhoso da parte dele, um ciúme dizia ela. O marido de Amélia fica bravo se ele chegasse e o jantar não estivesse pronto, e depois de bater nela sempre forçava-a a ter relações sexuais com ela.

Fazendo um levantamento da bibliografia sobre saúde mental e violência, percebemos que a violência contra a mulher costuma vir diluída entre as demais violências, ou então vem na carona da violência doméstica. Por que não se especifica sobre qual violência contra a mulher se está falando? Pensando em termos psicanalíticos, podemos falar da dificuldade de encontrarmos uma representação para ela. A violência, como sabemos, é fruto das relações humanas. No entanto, ela vem na contramão da salvaguarda da vida; vem na corrente da destruição. Isso nos levaria a supor que é fácil reconhecê-la. Mas esse modo de expressão da agressividade, que assume uma forma tão violenta, gera dificuldade de acesso ao registro das representações. Daí termos dificuldade de falar sobre a violência.

De que violência estamos falando? Da violência doméstica, ou da sexual? Ou ainda, do assédio moral ou sexual? Ou dos incestos?

Nos escritos sobre violência (não especificamente sobre violência contra a mulher), podemos perceber como o conceito abarca uma quantidade de diferentes violências: desde as violências urbanas, passando pelas sociais, até as domésticas^{1 2}.

Apesar dessa equiparação entre violência contra as mulheres e violência doméstica, há uma peculiaridade em cada uma das violências³, que as coloca em conjuntos diferentes.

¹ Sandler, P.C. (org.) – *Leituras Psicanalíticas da Violência*. SP, Casa do Psicólogo, 2004.

² Marin, I. da S. K. – *Violências*. SP, Editora Escuta/ Fapesp, 2002.

³ Sandler, P. C. (org.) – op. cit.

Ao se falar em violência contra as mulheres é necessário que se fale no plural, pois as mulheres estão sujeitas a uma série de violências. Grossi, no Seminário Nacional sobre Violência contra Mulher de 1994, já levantou essa questão, ressaltando a diversidade das questões de gênero, raça e etnia a que as mulheres estão sujeitas:

“Considero, no entanto, que para ampliar a luta contra a violência que as mulheres sofrem, é necessário que se tenha em mente que não se pode continuar denunciando a violência no singular, como se todas as formas de agressão fossem percebidas e vivenciadas da mesma forma por todas as mulheres brasileiras.”¹

Grossi traz à tona a singularidade de ser mulher negra, ou mulher pobre, ou mulher gorda, e muitos outros cruzamentos no âmbito da experiência da violência. Nesses casos, além de ser mulher, a vítima da violência está colada em algum adjetivo que a torna **mais** vulnerável. Podemos perceber nas nossas mulheres: Zuleika é pequena, gorda; já Amélia é negra. Isso as torna mais vulneráveis a violências psicológicas dos outros e os serviços precisaram aprender a escutar esse gemido silencioso, como um retorno do recalcado.

Além disso, alguns pontos devem ser levantados quando fazemos essa constatação. Os 16 dias anuais de ativismo anti-violência contra a mulher propõem uma agenda recheada de temas que se entrelaçam pela violência doméstica: a violência contra os direitos reprodutivos que as mulheres sofrem de seus companheiros violentos, a perda da produtividade no trabalho decorrente da violência doméstica, e a prostituição infanto-juvenil também como resultado desse tipo de violência. Muniz é enfática quando lembra os danos físicos e psíquicos decorrentes do trabalho, vendo este como um local violento, gerador de doenças.

Este amálgama que se fez entre violência contra a mulher e violência doméstica me leva a perguntar: por quê? Essa identificação de violência contra as mulheres e violência doméstica restringe a questão à relação doméstica, retirando da discussão as relações sociais — como a violência por gênero, por cor, ou por classe social que recaem sobre as mulheres, junto com a violência doméstica. Identificar a violência contra as mulheres com a violência doméstica coloca a sociedade como estranha a essa questão, que diria respeito a

¹ Grossi, M. – Comunicação proferida no painel “Violência de gênero – uma abordagem antropológica”. Seminário Nacional Violência contra a Mulher. SP, 1994.

relações nas quais ela, sociedade, não está implicada. É uma violência que tem um impacto social grande; mas que, assim vista, fica confinada ao interior das casas, e à relação marido-mulher. (Não estou desconsiderando da violência doméstica a questão de gênero - que por si só, já traz a sociedade para dentro da violência.) Mas, de certa forma, a sociedade tenta livrar-se da responsabilidade que lhe cabe. Num mecanismo de defesa muito primitivo ela faz com que volte a ser privado algo que tinha entrado para a esfera pública. Todavia, as outras relações extradomésticas também são perpetradoras de violência, e o movimento depois de se identificar com essa demanda, agora tem que trabalhar com essa sociedade que não se vê como parte do problema, e que luta incessantemente para colocar essa questão fora de sua vista, como na insana tentativa do ego de abafar as necessidades do id.

Já que a mulher sofre múltiplas violências e elas se traduzem no cotidiano das mulheres pela violência sexual e doméstica e pelos assédios, algumas perguntas emergem: por que a violência sexual fica num nicho fechado, como se todos soubessem da sua existência, mas ninguém falasse? Por que Amélia não recorre ao serviço de violência sexual? E o assédio moral, por que ele passa quase despercebido? Será que ele é uma violência menor, assim como o assédio sexual? E os incestos praticados contras as meninas? Especulando podemos dizer que são expressões muito agressivas da violência que paralisam a sociedade; e ela não encontra representação para essa expressão de agressividade. Os incestos são tão chocantes que ficam fora das discussões de gênero, de poder e de paternidade.

Será que se explicita menos a violência sexual por que ela já ocupa um lugar no imaginário social? Ou porque ela está ligada a um tema tabu — a sexualidade — e não deve ser falada? Ou porque o conhecimento sobre a violência sexual já faz parte do conhecimento técnico — há a norma técnica que regulamenta os procedimentos que devem ser feitos, e também regula sobre o acolhimento da vítima — e o conhecimento técnico da violência doméstica precisa ser construído?

E em relação aos assédios diz-se: “era apenas uma brincadeira”, ou então “era um elogio, ela não entendeu”; são desculpas que vêm na tentativa de naturalizar esse tipo de

violência. Outras vezes, a situação é invertida e as mulheres são postas no lugar das “imbecis que não entendem nada”, pois afinal, “lugar de mulher é na cozinha”.

Nenhuma das violências acontece sozinha, no seu estado puro. Elas são um complexo violento, como nas mulheres acima descritas. Por exemplo: mulheres que sofrem violência doméstica relatam com frequência já terem tido relações sexuais forçadas, no entanto a queixa é de violência doméstica. A OMS fez um estudo em vários países sobre Saúde da Mulher e Violência Doméstica, aqui no Brasil mostrou-no que em média 10% das mulheres sofreram essas duas violências concomitantemente pelos seus parceiros.

Em termos de saúde mental, há uma grande diferença entre escutar uma mulher que sofre violência doméstica e escutar uma mulher que sofreu violência sexual, ou assédio, ou incesto. Foi por isso que ao longo desses 25 anos de luta, os serviços foram se especializando em suas escutas.

O movimento de mulheres negras pôde perceber essa necessidade de oferecer uma escuta especializada, e logo criou serviços para responder a demandas específicas de violência contra mulheres negras. Com esse olhar à saúde mental, outros serviços foram se formando e se especializando.

O impacto psíquico da violência doméstica é diferente do impacto da violência sexual, e essa clareza é muito importante para o profissional, quando está à frente de uma mulher vítima de violência. As questões trazidas para o atendimento por uma mulher vítima de violência doméstica são diferentes das questões das vítimas de cada uma das violências, pois a violência doméstica se estende por um período de tempo. Ela se inicia, geralmente, com violências psicológicas, e no decorrer do tempo as agressões vão aumentando. Há também a proximidade com o agressor, que é objeto de amor e ódio, o que dificulta o reconhecimento e a nomeação do fato como violento¹. Já na violência sexual, o episódio é marcado inclusive por violências físicas.

¹ Em pesquisa realizada num serviço de atenção primária da rede de saúde de São Paulo, Schraiber e colaboradores percebem que 55,6% das mulheres entrevistadas relata já ter sofrido algum tipo de humilhação, ou ter sido maltratadas ou agredidas por alguém próximo. No entanto, apenas 27% diz ter sofrido violência. Os autores da pesquisa discutem essa disparidade entre os dados. Muitas agressões não são nomeadas como violentas; elas têm diversos outros nomes. Schraiber, L. et al – “Violência vivida: a dor que não tem nome”. *Interface – Comunicação, Saúde e Educação*, v. 6, pp. 41-54, fev. 2003.

A relação da mulher com o agressor é diferente em cada uma das violências; por exemplo, a violência sexual tem um caráter mais pontual. A vítima, muitas vezes, não tem uma relação de intimidade com o agressor. Ele está do lado de fora da casa; enquanto na violência doméstica o agressor está dentro da casa, goza de intimidade, e por isso tem um leque maior de possibilidades de ação contra sua vítima.

Convenção de Belém do Pará - Artigo 2º Entende-se que a violência contra a mulher abrange a violência física, sexual e psicológica: a) ocorrida no âmbito da família ou unidade doméstica ou em qualquer relação interpessoal, que o agressor compartilhe, tenha compartilhado ou não sua residência, incluindo-se entre outras formas o estupro, maus-tratos e abuso sexual; b) ocorrida na comunidade e cometida por qualquer pessoa, que conspreende entre outros, violação, estupro, abuso sexual, tortura, tráfico de mulheres, prostituição forçada, seqüestro e assédio sexual no local de trabalho, bem como em instituições educacionais, serviços de saúde ou qualquer outro local; e c) perpetrada ou tolerada pelo Estado ou seus agentes, onde quer que ocorra.

Na violência sexual a invasão é da ordem da sexualidade, apesar de haver muitos estupros dentro de relações amorosas que caracterizariam uma relação mais duradoura. Cromberg escreve

“que longo caminho uma mulher percorre habitualmente para poder ser mulher de um homem, um corpo a ser gozado por ele além de gozar com isso e por si mesmo! Que longo caminho percorre ainda para enxergar que um corpo a ser gozado no ato sexual não é um corpo que deva se submeter masoquisticamente a ele fora deste ato!”¹.

Todo esse caminho de conquistar a sexualidade é interrompido quando há uma violência. É esse lugar - de quem pode, se quiser, oferecer prazer ao outro - que é atingido. O corpo feminino é usado para ser gozado como objeto, que deve se submeter masoquisticamente ao outro, em que só um pode gozar. Não há relação com o outro, é apenas o homem usufruindo o corpo feminino. Assim, as questões referentes à sexualidade remetem a esse ato de invasão da sexualidade.

¹ Cromberg, R. *Cena Incestuosa – coleção Clínica Psicanalítica*. SP: Casa do Psicólogo, 2007.

A violência doméstica é um processo cíclico, e a mulher tem dificuldade de reconhecer esse fato. Só o faz, na maioria das vezes, após estar submetida à violência há algum tempo. A mulher tem uma relação de intimidade com o agressor, ele desfruta da sua confiança; sendo assim, o autor da agressão está misturado com o objeto de amor. E é ao mesmo tempo objeto de amor e ódio. A violência incide na relação com o outro; ele usa de sua confiança e de sua intimidade nos episódios de violência, e assim instaura o medo. A mulher não sabe quando seu companheiro vai agredi-la. Na tentativa de dominar a situação, ela se culpabiliza, achando que a agressão foi desencadeada por isto ou aquilo que ela fez. Assim, se deixar de ter esse comportamento a violência não vai mais acontecer. Tal percepção errônea deve ser escutada como uma defesa, decorrente da paranóia que se instaura na vida cotidiana dessa mulher.

Fruto do patriarcado, a cisão entre o poder masculino e o poder feminino é marcada novamente pelas violências que, cada uma a seu modo, também acirram a cisão entre o bom e o mau. É a essa peculiaridade que o profissional de saúde mental deve estar atento¹. O movimento feminista pôde escutar essas nuances e proporcionar serviços e escutas específicos às mulheres negras, às mulheres em situação de violência doméstica, às mulheres vítimas da violência sexual e às mulheres submetidas à violência no trabalho, entre outras.

As diferenças são tão marcantes que os serviços foram montados com um olhar específico, privilegiando esse ou outro aspecto da violência - o que os torna diferentes em sua abordagem. Todos falam e tratam de violência contra a mulher, mas cada uma dessas violências encontrou acolhimento diferente. Os serviços são especializados nos diferentes tipos de violência, uma vez que cada uma necessita de um olhar diferente. Os serviços de violência doméstica têm a preocupação de colocar mulheres no atendimento às mulheres; já os serviços de violência sexual tem uma dinâmica específica, pois há a necessidade de cuidados imediatos com o corpo biológico da mulher, e os procedimentos junto à Justiça são concomitantes. Enquanto a violência doméstica passa pelo questionamento de gênero, a violência sexual se relaciona a uma tradição ligada à patologia — a maior preocupação é

¹ Grossi, M. P. & Adelman, M. – “Entre a Psicanálise e a Teoria Política; um diálogo com Jane Flex”. *Revista Estudos Feministas*, v. 10, nº 2, Florianópolis, 2002.

com a gravidez, com as infecções; o gênero vem à tona só em segundo plano. Na norma técnica, o corpo biológico é que está em foco, e existe uma padronização das respostas a esse corpo que foi atingido: medicação para prevenção de DSTs/ AIDS, perícia para detectar algum sinal de identificação do agressor, Boletim de Ocorrência, e acolhimento. Mas o que é esse acolhimento? Como dar suporte a essa mulher? Como atender também ao sofrimento psíquico?

O serviço de atenção à mulher vítima de violência sexual do Caism/ Unicamp propôs um protocolo de atendimento no qual estão contempladas algumas questões como desorganização psíquica, mecanismos de defesa presentes, crenças e valores que fazem parte da vida da mulher e suporte afetivo, entre outros¹.

As campanhas

Uma das estratégias usadas para dar visibilidade à violência doméstica foi a promoção de campanhas ao longo desses 25 anos. As mulheres foram à mídia para alertar outras mulheres dessa violação dos direitos das mulheres. Foram usadas frases como “Quem ama não mata”; “O silêncio é cúmplice da violência”; “Pancada de amor dói”; “Um tapinha só dói”.

Essas campanhas ajudaram a dar visibilidade à violência contra as mulheres e também colocaram outro modelo de mulher: alguém que sabe que não deve ser agredida, humilhada e maltratada pelos homens. Assim, Odília, Amélia e Zuleika tiveram outro modelo de mulher.

Quando parte da sociedade não avaliza mais a violência e sugere outros caminhos à mulher, esta começa a perceber que não precisa mais se submeter à violência — ela não é natural e nem um direito dos homens. Ao denunciarem a situação de violência doméstica que tantas mulheres vivem, as campanhas reduziram a gravidade da situação. Elas ajudaram as mulheres a reconhecerem como problema a situação de violência que viviam.

¹ <http://www.ipas.org.br/rhamas/vitimas.html>. Sendo essa uma intervenção especializada, os serviços têm se dedicado a sistematizá-los. Assim, em 2005 a Fumec- SCH lançou um livro com uma proposta de intervenção: Couto, S. M. A. – Violência Doméstica – uma nova intervenção terapêutica. BH: Autêntica Ed./SCH Fumec. 2005.

As frases usadas nos indicam que o foco das campanhas era as mulheres. O objetivo era mostrar-lhes o problema, e fazê-las identificarem essa situação ao seu redor. Esse reconhecimento é importante, pois é ele que propicia o questionamento e conseqüentemente a busca de ajuda. Foi por isso que as mulheres puderam lutar pelo direito a uma vida sem violência.

Percebe-se que o foco das campanhas era dar visibilidade ao fato. A preocupação principal era mostrá-lo, torná-lo público. As campanhas só lidaram com a prevenção em alguns momentos. Sendo a violência um fato sobredeterminado, elas priorizaram a visibilidade, deixando de lado outras questões intrínsecas à questão, tais como: a relação de gênero, a questão do poder patriarcal, a possibilidade de aprendizagem de relacionamento com o diferente, o adiamento do prazer, o respeito ao outro. As campanhas são voltadas às mulheres, enunciando o problema, mas não atacam de forma incisiva a relação de poder do homem sobre a mulher. Seria benéfico que as campanhas mudassem seu foco, voltando-o para os homens. Será que poderíamos pensar que dessa forma as mulheres pensavam que não estariam desagradando aos pais?

Assim faz a campanha do laço branco, a qual chama os homens para outro comportamento, questionando a violência. Com esse mesmo enfoque, temos agora a campanha lançada pelo Instituto Patrícia Galvão com o slogan “Onde tem Violência Todo Mundo Perde”, na qual há o convite para os homens pensarem em sua atitude frente à violência. Com uma campanha voltada para os homens, elas discutiriam o conceito de masculinidade, de poder, de gênero, pois em alguns casos, bater ainda faz parte do código de macho; com isso, a violência ainda é legítima (em recente pesquisa do IPG mostra que 16% dos entrevistados acha que há situações em que o homem pode agredir sua mulher, e 63% acha que o ciúme propicia agressão).

Outro ponto no qual as campanhas avançaram pouco é o da discussão da violência nas diversas áreas da vida em sociedade; a violência como produto da economia, da saúde, da justiça, da educação. Ou seja, a violência está calcada na relação de subordinação de um em relação ao outro — nesse caso, das mulheres em relação aos homens. Que lugar infantil

as mulheres são colocadas e assumem esse lugar. Em consequência disso, as mulheres não podem crescer, são tutoradas pelos maridos que são os provedores da casa.

Para que atingíssemos a meta da prevenção, seria necessário colocar os homens para discutir gênero, masculinidade, paternidade, responsabilidade e proteção, amor. Ou seja, é preciso atrair os homens para o movimento e não afastá-los. Questionar esse lugar que eles ocupam, para que possam construir outro, ou ainda interpretar esse lugar para dar sentido a fato. Os homens também reclamam desse fardo que é ser o provedor da casa! Odília não podia trabalhar fora de casa durante seu primeiro casamento e Zuleika era humilhada pelo marido e filhos que diziam que ela não servia para nada.

Os slogans quase sempre se referem às mulheres, oferecendo outro lugar que não o da vítima de violência. Com isso, atacamos as consequências da violência. Mas o problema continua existindo: os homens continuam ocupando o lugar de poder, da autoridade nas relações. Será que nós mulheres, apesar de sabermos o que queremos, Não queremos continuar nesse modelo pai-filha, nosso conhecido? O movimento de mulheres atua sua condição de criança chorona, que reclama não se mostra adulta? Quando se pensa em grupos de reflexão com os agressores, está-se pensando em um processo de mudança, de questionamento da violência e dos seus desdobramentos para a mulher e para os parentes próximos. O objetivo é encontrar junto com os homens outros modos de relacionamento, criar desvios e conter essa agressividade. Trabalho árduo para os homens, que, por isso, deve ser oferecido de modo acolhedor. Ou seja, é preciso responsabilizá-los sem afastá-los do processo. Que outro tipo de relação é oferecida aos homens para eles deixarem essa relação de poder? Como se relacionar se não for pela força? Ao saírem desse lugar, eles não sabem seduzir por si próprios; é como se não fossem interessantes por si mesmos. A linguagem masculina é a do poder, enquanto que a feminina é da sedução; o gênero feminino se relaciona pela sedução das lágrimas ou pela sensualidade, enquanto o gênero masculino se relaciona pelo poder, pela força. Talvez colocando os meninos e meninas para discutirem essas questões ainda na escola, possamos fazer a prevenção desde o início. Já que o gênero é construído socialmente.

A prevenção está assentada também sobre mudanças de comportamento, além da informação. E Villela diz que “a gente previne bem quando faz vacina, mas ações de prevenção que dependem de comportamento, a gente é frágil no campo da saúde”¹.

Fala-se em desnaturalizar a violência, pois ela ainda faz parte de alguns grupos; mas além disso é necessário desnaturalizar essa dessimetria relacional que aponta para o homem mais forte e poderoso, e a mulher fraca e necessariamente submissa ao poder masculino, por um lado; cuidadosa e zelosa com a casa e com os seus, por outro.

Silveira julga que conforme as mulheres estão deixando a posição subalterna, a violência vem aumentando. Em termos psíquicos, poderíamos dizer que isso acontece quando ela toma a sexualidade (usando o conceito psicanalítico dessa palavra) para si, e se diz portadora de desejos. Desejos que começam por sair de casa, ter amigas ou amigos, trabalhar, dividir tarefas e responsabilidades do lar. A mutilação dos genitais das mulheres nigerianas, dentre outras, é um exemplo muito simbólico de como se rouba ou esvazia a sexualidade do outro – no caso, a mulher -, pois ela é poderosa. Somente os homens podem ter desejos; às mulheres é vetado o acesso a esse direito.

Nesse mesmo veio, Francisquetti² nos conta que “a intolerância teria a ver não com as diferenças, mas com a diminuição, o apagamento das diferenças, com a indiscriminação”. Entendo aqui que a autora se refere às mulheres que começam a ocupar um lugar “parecido” com o do gênero masculino: que saem de casa, que têm amigos, que trabalham fora de casa, ganham salário e dividem as despesas domésticas. Essas mulheres assumem um comportamento voltado para o externo, típico do gênero masculino, ao invés de ficarem voltadas para o interno, para a casa, para a família, para si mesma: ou seja, ao invés de reproduzirem o estereótipo do feminino.

Falo de lugar “parecido” ao dos homens porque esse modelo foi construído socialmente. Os homens saem de casa e as mulheres cuidam do lar. As relações masculinas são voltadas para o externo, enquanto as relações femininas estão concentradas no interno.

¹ Villela, W. - fazendo um balanço dos 25 anos de luta do feminismo contra a violência contra a mulher, em entrevista concedida a Simone Diniz em 22/8/03.

² Francisquetti, P. – fazendo um balanço dos 25 anos de luta do feminismo contra violência contra a mulher, em entrevista concedida a mim em julho/ 2003.

Keijzer, referindo-se a Bourdieu e Freire, lembra como a sociedade está estruturada em sistemas binários: homem-mulher, passivo-ativo, racional-emocional. A contraposição foi sustentada até mesmo dentro da saúde mental — doença-saúde, normalidade-loucura.

O homem por si só não basta, uma vez que a mulher começa a mostrar a necessidade de outras relações. Nesse momento o homem deixa de ser onipotente e tem que lidar com sua impotência, suas faltas. Quando as relações têm igualdade, os homens têm que conquistar as mulheres no dia-a-dia; eles não as possuem. Ou seja, o mundo alarga seus contornos. O mundo oferece outras relações. As mulheres não pertencem mais aos homens, mas estão com eles porque querem; dessa forma eles podem perdê-las a qualquer momento.

Nesse caminho da sustentação da igualdade, a mulher também deve se apropriar daquilo que tem, assim como o homem das suas faltas. De que adianta um pênis se não há uma vagina para acolhê-lo? Quer dizer que a mulher **tem** um buraco, o que é diferente de achar que não tem nada. Birman nos coloca que “esta feminilidade se identifica ao desamparo crucial que todos nós devemos obrigatoriamente atravessar na experiência psicanalítica, para nos afastar das miragens fálicas”¹. Pode-se perceber que essa é uma mudança fundamental no entendimento de algumas questões da saúde mental, pois muitas vezes as mulheres chegam ao serviço referindo-se à falta como algo negativo — “eu não tenho nada, não posso nada”. Aí, o trabalho inicial é no sentido de mostrar o que ela tem; e posteriormente passar para a percepção de que há uma falta sim, mas que pode ser preenchida. Antes, seus desejos eram os de seu companheiro; mas agora ela pode ter os seus próprios.

Interessante notar que fala-se em promover a auto-estima da mulher vítima de violência doméstica, mas o que vem a ser isso? Como tantas palavras do campo da saúde mental, ela caiu no senso comum e perdeu um pouco o valor para os profissionais. Hoje fala-se em “empoderamento” - que pode ser traduzido como o processo de devolver às mulheres sua capacidade de se cuidar, de se sustentar, de suprir suas necessidades. Empoderamento seria ter alternativas próprias para sair do lugar subalterno que o patriarcado construiu para as mulheres; e também para sair da loucura que uma situação de

¹ Birman, J. – *Por uma estilística da existência*. São Paulo, Editora 34, p. 48.

violência cria. Ou seja, o trabalho de empoderamento é fazer com que as mulheres reconheçam seu potencial e vivam para além de seu companheiro, sustentando suas necessidades emocionais, físicas e econômicas.

Vítima ou cúmplice

Será que Ofélia, Zuleika e Amélia são vítimas de seus maridos? São vítimas da sociedade?

Outro ponto que não pode deixar de ser apontado é a questão da nomeação da mulher: inicialmente quando se falava em violência contra as mulheres, ela era referida como vítima; posteriormente passou-se a nomeá-la “mulher em situação de violência”. Por que mudar a nomenclatura? Que impacto isso causa para as pessoas envolvidas? No princípio da luta, colocar a mulher como vítima abriu essa questão para a sociedade, mobilizando-a a questionar e perceber a dimensão dessa situação. É o reconhecimento da sociedade do lugar de submissão da mulher em relação aos homens. Foi a partir desse ponto que o feminismo conseguiu afetar a sociedade, e esta pôde construir um lugar para a violência. Contudo, a condição de vítima pode ser paralisante, pois para sair dessa condição a mulher depende de um outro/ a; quando a mulher é referida como estando em situação de violência, ela está em outra condição, ou seja, ela acessa um lugar de passagem, pois é um sujeito nessa relação. Estar em uma situação oferece a possibilidade da mudança. Há uma mobilidade intrínseca nessa condição; a mulher pode tomar decisões, outros rumos. Se ficássemos com a denominação de vítima, ficaríamos na mesma condição da mulher: paralisados nesse olhar e assim, correríamos o risco de entrar no assistencialismo. Seria uma situação em que a instituição faria os movimentos pela mulher. É responsabilidade da sociedade oferecer recursos para essa mulher sair dessa situação; mas os movimentos são dela, fato que os primeiros centros de atendimentos faziam questão de deixar claro. Era uma marca do SOS de São Paulo questionar o lugar da mulher nessa relação. A sociedade precisa escutar quais são as necessidades dessa pessoa, e saber, afinal, do que ela precisa.

Talvez a mulher precise se apropriar dessa situação de submissão, na qual o homem decidia por ela, e então tomar consciência de seus recursos psíquicos, e desmisturar-se

desse homem; pois só assim é possível deixá-lo, e escolher seu próprio caminho. Desmisturar-se significa readequar-se, ter consciência de seus desejos, de seu potencial, da sua vida, sair da sombra¹ de seu companheiro e escolher seu próprio caminho.

Entretanto, a denominação de vítima ainda perdura no senso comum. Isto nos leva a duas observações: primeiro, que enquanto nos referimos às mulheres como vítimas estamos falando da dimensão da violação dos direitos da mulher que a violência instaura. Não podemos deixar que essa aresta se perca no horizonte da discussão; pelo contrário, ela deve sempre estar em evidência. E também as mulheres têm que se reconhecer vítimas, para perceberem o quanto estavam à margem de suas vidas, deixando que lhe roubassem sua vivacidade, seu potencial. Depois disso, elas podem pensar no que estava lhes acontecendo (o ciclo da violência).

Odília vem à instituição buscar ajuda depois de sofrer uma agressão de seu terceiro companheiro. Já tinha sofrido outras agressões anteriormente, mas achava que era por ciúmes. Enquanto estava em atendimento trabalhava como corretora de imóveis e pudemos perceber como ela se colocava em uma situação de submissão também com seus chefes. Ela usava da sedução para achar que eles a protegiam, mas na verdade eles usavam do poder masculino para fazê-la submissa. Odília tinha que perceber que poderia se relacionar diferentemente com os homens para que não fosse mais agredida, subjugada, humilhada.

O próximo passo para essas mulheres é começar a questionar essa relação, considerar que estavam em situação de violência e sair desse lugar. Essa passagem só é possível quando os/as profissionais também fazem essa mudança no olhar. Ou seja, eles devem acolher a mulher que é vítima, deixar que ela deposite em si todas as suas esperanças, para depois voltar essa responsabilidade para a própria mulher. Muitas vezes, a sociedade fica sabendo que a mulher faz a denúncia contra seu marido nas DDMs e depois a retira. Essa fala do imaginário social vem mostrar que as mulheres precisam do reconhecimento da agressão — quando a delegada intima o marido é porque ele deve alguma justificativa, a mulher não está louca —, pois assim é possível sair da loucura implícita na violência. É a situação de inferioridade, de medo, de fragilidade que elas vêm escancarar, pedindo socorro.

¹ A palavra sombra está sendo usada no sentido popular da palavra.

Ao falar da mulher em situação de violência, como já foi dito acima, aponta-se para a questão da mulher como sujeito dessa relação e como tal participando da situação. Esse modo de olhar devolve a ela, mulher, a força, suas possibilidades, seu poder de decisão com relação à sua vida. No entanto não podemos deixar que esse modo de se referir à mulher engula a diferença de poder que a violência traz, responsabilizando homens e mulheres igualmente. Quando se fala de violência, há uma diferença intrínseca na relação homem/mulher, idéia apontada por Chauí na definição que estamos usando e que Saffioti¹ marca incessantemente quando discute a questão do patriarcado no seu artigo “*Já se mete a colher em briga de marido e mulher*”.

Outro perigo dessa denominação é a de culpabilizar as mulheres. Quando colocamos a mulher implicada na relação, temos mais um elemento para analisar a dinâmica do fato, o que é diferente da culpabilização. Podemos com isso pensar na polaridade da própria situação: a impotência da mulher *versus* sua onipotência de controlar a situação: sair quando quiser, não ficar à mercê do outro em momento algum. A culpabilização é uma projeção da culpa dos próprios profissionais que não conseguirem ajudá-la, tanto pela falta de recursos para oferecer a essa mulher, como pela relação de amor e ódio que ela estabelece com o agressor. A idéia de que “ele não é assim, ele estava nervoso” ecoa no imaginário das mulheres em situação de violência; é o período da lua-de-mel teorizado no ciclo da violência iluminando a relação. A culpabilização vem denunciar a raiva que os próprios profissionais sentem frente a essa situação cindida que a mulher traz com relação ao parceiro - e que para os profissionais é difícil de trabalhar, uma vez que eles devem integrar as duas partes. Na cisão, os profissionais ficam com o lado ruim do homem, enquanto a mulher fica com o lado bom dele.

Isso tudo acontece porque quando colocamos a mulher como participando da situação de violência, temos uma dinâmica a ser analisada. Temos que nos perguntar qual era seu prazer: estar submissa ao desejo do outro? perder o controle da situação? ou o estado de ansiedade permanente por dividir a intimidade com alguém violento? Qual é o prazer que essa relação suscita?

¹ Saffioti, H. I. B. – “Já se mete a colher em briga de marido e mulher”. *São Paulo: Perspectiva*, Dezembro de 1999, v. 13, nº 4, p. 82-91

Essa dupla denominação da mulher - em situação de violência e vítima - possibilitou uma análise mais dinâmica. O importante é poder transitar de um lugar a outro ao escutar essa mulher. Assim, essa mudança indica simbolicamente outra forma de mobilidade e não a cristalização em uma ou outra posição. Cada mulher, e ainda a mesma mulher, se apresenta de forma diferente nos diversos momentos; por isso é necessário escutá-la com cuidado. O cuidado está em escutar e traduzir seus desejos e não solucionar a situação para a mulher, na atitude assistencialista de ajudar a vítima. Muitas vezes, o profissional, percebendo a fragilidade da mulher, toma a situação para si e tenta resolvê-la. Mas o tempo de espera é importante para a elaboração e transformação daquela situação pela mulher.

Outra reflexão necessária é sobre o sentimento da própria profissional, em geral mulher. Ela (a profissional) algumas vezes se sente imobilizada frente a essa situação, pois lhe cabe oferecer um espaço de mobilidade no qual esta mulher possa reconstruir seus vínculos, sua confiança, seus sonhos, em uma sociedade que tem pouco a ofertar nesse sentido. A sociedade ainda carece de recursos tais como creches e escolas para as crianças, moradia, programas de geração de renda, emprego, entre outros. Como construir um espaço para sonhar, ou proporcionar saúde mental, se essa mulher não tem um local seguro para dormir com os filhos? Ou como ter saúde mental, se a mulher não tem lugar para deixar seus filhos enquanto trabalha? Portella, ao analisar as políticas, denuncia essa dificuldade que encontra o profissional ao atender uma mulher em situação de violência. Ela escreve que

“São poucas as ações realmente eficazes nas áreas de profissionalização e geração de emprego e renda para as mulheres em situação de violência, assim como na oferta de equipamentos sociais e na formação de redes institucionalizadas de solidariedade”¹.

Essa paralisia que a profissional sente coloca-a numa situação similar à da mulher — ela tem poucos recursos para lhe oferecer, de forma similar à situação da mulher que se sente sem recursos para sair dessa relação.

Quem cuida de quem cuida

¹ Portella, A. P. – *Violência contra as mulheres – Um breve contexto e algumas questões políticas*. Texto apresentado na XI Reunião Nacional da Associação de Mulheres Brasileiras – Brasília, 2004.

Além das profissionais não conseguirem oferecer muitos recursos, percebemos que o cuidado com a profissional que cuida também é precário. É unânime dentro dos serviços a percepção que o trabalho com a violência mobiliza muitas angústias na profissional – sua impotência, seus limites – assim como questiona suas crenças, seus valores, suas relações de prazer; e por tudo isso é importante o trabalho de supervisão, para questionar a relação que se estabelece entre a mulher e a profissional, apontar outros caminhos, dar outra visão. Entretanto, a grande maioria dos serviços não tem essa prática regular. Grande parte das instituições tem reuniões técnicas¹ que tentam preencher essa lacuna, numa tentativa de minimizar esse problema. Essas reuniões têm uma dupla função, como observamos nas visitas e foi apontado pelas nossas entrevistadas: o monitoramento do trabalho e a discussão de casos.

Essa fissura que há entre a necessidade de supervisão e sua operacionalização é percebida pelos serviços, mas é engolida pela demanda do próprio trabalho. Quase sempre a falta de supervisão é justificada pela falta de recursos e de tempo: há muito trabalho e não há dinheiro para essa atividade, que é uma queixa da pacientes também – a falta de dinheiro. As instituições, na sua maioria, relatam que nas reuniões técnicas são discutidos problemas do cotidiano assim como se discutem casos clínicos, ou seja, tudo fica no mesmo plano, as questões são equiparadas pela urgência; não há diferença entre as necessidades.

“uma situação de violência é uma situação que envolve várias problemáticas: questões lógicas, legais e nós achamos que seria importante ter uma equipe que pudesse atender a mulher e contribuir com ela, nestas várias vertentes. (...) E naquela época (da implantação da casa Eliane de Grammont) nós trabalhávamos em equipe, numa perspectiva multidisciplinar, que não era só cada profissional no seu pedaço, tinham discussões como equipe inteira, sobre várias questões.” (entrevista com uma profissional de um serviço de violência da PMSP)

Essa fala vem reforçar a percepção de que a discussão está mais voltada para um atendimento multidisciplinar e para uma discussão de equipe do que para a supervisão. Entretanto, como a carência de supervisão é grande, poder dividir com os colegas as angústias de um atendimento é considerado como se fosse uma supervisão, e esse espaço

¹ conforme dados do site www.mulheres.org.br/violência.

ganha tal status. A falta de supervisão sugere um olhar superficial para enfrentar uma situação que mobiliza internamente as profissionais. É uma tentativa de fazer curativo sem cuidar do ferimento.

A situação de violência deve ser pensada/escutada na sua tridimensionalidade – a mulher, a profissional e o outro. O outro é tanto o homem agressor como qualquer outro que venha na história. Quando a figura da supervisora é chamada para o trabalho, o terceiro entra concretamente na relação. O não-oferecimento de supervisão pelos serviços pode ser entendido como uma tentativa de excluir esse terceiro - que viria questionar o atendimento, romper a dualidade mulher violentada/ mulher técnica. Ou seja, as instituições estão se privando do contato com o externo, com o novo, da abertura para outras possibilidades; e portanto, do crescimento que seria um atendimento mais criativo. Sem recorrer à supervisão, a instituição se fecha, se basta, da mesma forma que o homem que não permitia que a mulher saísse de casa, conhecesse outras possibilidades, trouxesse novos pensamentos, e rompesse a relação simbiótica com ele. Podemos perceber que os serviços ficam identificados com a própria situação em que atuam — eles se colocam no lugar do(a) outro(a) a bom(boa), onipotente e provedor(a). Repete-se a falta de liberdade para outros objetos de prazer, para outras escolhas.

Se tomarmos o ciclo da violência como paradigma para analisarmos essa questão do fechamento da instituição nela mesma, concluímos que as instituições oferecem o momento da lua-de-mel. A lua-de-mel é o momento em que tudo é bom, não há problemas – um(a) está misturado(a) ao desejo do(a) outro(a), é uma relação binária mãe-bebê. Não podemos esquecer que esse momento no ciclo da violência, assim como na vida em geral, é algo artificial, posição. Oferece-se outro modelo de relacionamento, cheio de promessas de mudança, mas sem questionar o antigo. É nesse sentido que o chamo de artificial, pois não houve transformação; apenas colocou-se uma relação-prótese no lugar.

Muitas vezes a assistência projeta uma ilusão de que existe um lugar perfeito, onde todas as lacunas foram tampadas, e não haverá conflitos como os que eram vivenciados na relação com o companheiro. Uma das dificuldades de deixar a relação com o agressor é assumir as perdas. Algumas vezes, na identificação com a mulher (aqui, vítima) os serviços

tentam excluir essa idéia. A supervisão poderia denunciar essa manobra. Enfim, há uma estratégia de eliminação do conflito.

Outra forma de não trabalhar com o conflito é ter apenas mulheres cuidando de mulheres. Como já foi apontado, ao falarmos das campanhas, quando os homens não são trazidos para a relação, pára o questionamento, elimina-se a contradição. São mulheres pensando com outras mulheres estratégias e caminhos para construir uma dinâmica entre mulheres e homens. Por que não temos homens para dialogar nesse cuidado com as mulheres? Talvez se um homem reconhecer o sofrimento da mulher como verdadeiro, possa ajudá-la no processo de sair da loucura em que muitas mulheres entram, dizendo “mas ele é tão bom...” Como poderemos construir outro lugar para as mulheres junto com os homens, colocando em xeque esse lugar de poder que eles ocupam? Essas questões têm que ser feitas para eles e com eles. Ou seja, abrir para o terceiro é poder olhar outras searas: é acolher as profissionais e empoderá-las para o atendimento, assim como se faz com as mulheres.

Conclusão

Tomar o movimento de mulheres como objeto de estudo psicanalítico nos ensina sobre a angústia da vida das mulheres vítimas de violência e nos lança novos desafios para esse enfrentamento.

O movimento feminista conseguiu dar visibilidade a violência, ou seja, ele rompeu o silêncio que a violência impõe a um dos lados. A partir daí esse acontecimento apareceu na mídia: jornais e revistas começaram a dar destaque ao fato, e ele passou a ser discutido por toda a sociedade.

Para a saúde mental, dar voz ao sofrimento possibilita pensar sobre ele; nas suas causas, conseqüências, abrangência e ramificações, possibilitou que as mulheres – aqui representadas por Odília, Amélia e Zuleika pudessem reconhecer seu sofrimento. Com isso a violência foi ganhando contornos mais claros, e foi possível perceber como ela tem várias

facetas: a agressão física, a psicológica, a moral. Mais ainda, as mulheres negras puderam cruzar a questão racial com a de gênero, criando serviços específicos para essa demanda.

Sendo a violência um fato real e não loucura de algumas mulheres (feministas e mulheres vítimas) fizeram-se campanhas, as quais propunham a denúncia como caminho primordial de enfrentamento. As campanhas ofereceram outro modelo de mulher — uma mulher que não se submete à violência do companheiro — e começaram a desnaturalizar e desautorizar a violência pelo homem.

Olhar para esse fato social mostra como os homens não foram alvo das campanhas. Uma campanha voltada ao público masculino é o Laço Branco, na qual o foco são os homens, questionando a violência protagonizada por eles. Percebendo-se a necessidade de outras campanhas voltadas a esse público, outra campanha está sendo lançada: “Onde tem Violência Todo Mundo Perde”.

Todo esse percurso fez com a sociedade lançasse outro olhar para as mulheres: a questão do gênero entrou na academia, na política, na vida pública. A sociedade se mobilizou para oferecer algumas respostas às mulheres que sofrem violência. Como estamos fazendo uma análise do enfrentamento, pode-se dizer que além da criação dos serviços ser simbolicamente uma possibilidade, ela oferece à mulher a probabilidade concreta de sair da situação em que ela vive.

Um lado ficou descoberto nessa luta: o cuidado às profissionais. Ele é entendido como parte importante do trabalho, uma vez que a violência é um sintoma complexo da sociedade. Mas esse cuidado é deixado de lado em grande parte dos serviços. Por falta de tempo e dinheiro, a tarefa da supervisão se mistura a outras tarefas do dia-a-dia. Pode-se entender esse fato como rejeição da entrada do terceiro na relação. Da mesma forma que o homem não deixa sua companheira ter relações fora de casa, pois isso representa uma ameaça ao poder dele, os serviços não dão abertura para o questionamento que a supervisão poderia trazer e assim não há mudança: há a repetição.